



METASSÍNTESE DO CONCEITO DE ASSEXUALIDADE

Alana Madeiro de Melo Barboza¹
Maria Laura Barros da Rocha²
Camila dos Anjos Falcão³
Adélia Augusta Souto de Oliveira⁴

RESUMO

A partir de pressupostos teóricos da Psicologia Sócio-histórica, este trabalho objetiva investigar o conceito de assexualidade por meio de uma Metassíntese de publicações indexadas no *Google Acadêmico*. Na consulta, através do descritor “assexual”, sem recorte temporal, foram indicados 3.370 resultados, dos quais 36 traziam uma definição breve da assexualidade e apenas nove produções apresentaram como foco a discussão da assexualidade, relacionando-se de maneira mais completa com os objetivos propostos no estudo. Percebe-se que as discussões mais aprofundadas datam da década atual, com o sudeste do Brasil como a região de maior número de produções. Os trabalhos apontam a diferença entre assexualidade e celibato, considerando a assexualidade heterogênea, indicada como formas variadas de vivências e discutida como identidade, sexualidade, negação da sexualidade, orientação sexual ou vista como forma de singularidade do sujeito. Identificam-se críticas às visões biomédicas que enquadram a assexualidade como patologia ou disfunção sexual, as quais podem fortalecer a disseminação e reforço de formas de preconceito e segregação. Destaca-se a importância de mais estudos para dar visibilidade às vivências de sujeitos assexuais, para discussão da temática e reflexão acerca dos preconceitos e estigmas sociais. Conclui-se, ainda, que a utilização do termo plural “assexualidades” pode abarcar de uma forma mais abrangente a diversidade das suas formas de expressão.

Palavras-chave: Assexualidade, Diversidade sexual, Metassíntese.

INTRODUÇÃO

O britânico Alfred Kinsey, juntamente com outros colegas pesquisadores, publicou dois estudos sobre o comportamento sexual humano *Sexual Behavior in the Human Male*, em 1948, e *Sexual Behavior in the Human Female*, em 1953. O pesquisador ficou famoso por uma escala de 0 a 6 que apresentava a sexualidade em um contínuo variando de exclusivamente heterossexual à exclusivamente homossexual (LEHMILLER, 2013). Nas pesquisas realizadas, Kinsey se deparou com pessoas cujo depoimento demonstrava a ausência de interesse em comportamentos sexuais, e, portanto, não podiam ser encaixadas no contínuo (LEHMILLER, 2013). Dessa forma, ele criou uma categoria própria para esses

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, madeiro.alana@gmail.com;

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Bolsista CAPES, laurabarrosrocha@gmail.com;

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, camila.danjos@gmail.com;

⁴ Professora Orientadora. Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Professora Associada da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, adeliasouto@ip.ufal.br.





indivíduos identificada com X e que significava “sem contatos ou reações sócio-sexuais”⁵ (KINSEY INSTITUTE, 2018).

Embora no seu estudo inicial Kinsey não falasse de assexualidade, utilizando na escala o termo Categoria X, ele apontou a presença de um grupo de pessoas que não se encaixavam nas categorias homossexual, heterossexual ou bissexual, e que ao longo do tempo passou a ser compreendida como referente à assexualidade. Entretanto, Lehmilller (2013) contrapõe que essa comparação não é necessariamente bem sucedida uma vez que a escala enfatizava a falta de comportamento sexual, não de atração sexual.

Ainda assim, os estudos de Kinsey são geralmente apontados como um marco importante para a tentativa de definição – ou ao menos de categorização – de uma população que não se encaixava nos parâmetros de sexualidades vigentes na época. Desde então, foram realizadas outras pesquisas – em diversas áreas do conhecimento – para entender o fenômeno da assexualidade, além da organização de comunidades virtuais de pessoas que se identificam como assexuais.

Desse modo, faz-se necessário situar a *Asexual Visibility and Education Network* (AVEN), que, em tradução livre, significa Rede de Visibilidade e Educação Assexual:

A AVEN é considerada uma iniciativa pioneira na promoção da questão da assexualidade, constituindo-se como uma espécie de marco zero da rede e mantendo-se como seu principal núcleo. Ela ocupa um lugar destacado no universo dos assexuais. Iniciou-se formalmente em 2001 e tem a internet como sua principal base de interlocução e ação política. Seu surgimento remonta a um blog criado anos antes por David Jay, um dos membros mais visíveis da rede, na época um estudante secundarista da cidade de San Francisco. A proposta, elaborada nos Estados Unidos, expandiu-se em poucos anos para além das fronteiras desse país (BRIGEIRO, 2007, p. 260-261).

Como a maior comunidade internacional formada por pessoas assexuais, a AVEN apresenta uma visão heterogênea da assexualidade e as define como pessoas que não experienciam atração sexual, sendo não uma escolha, mas algo intrínseco do sujeito (AVEN, 2019). O site aponta ainda a grande diversidade dentro da própria comunidade assexual, considerando as singularidades e diferentes vivências de cada um referentes a relacionamentos, atração e excitação.

Por conta de estudos desenvolvidos e através do ativismo político da AVEN, a assexualidade passou a ser reconhecida como orientação sexual e foi adicionada no acrônimo

⁵ “No socio-sexual contacts or reactions” no idioma original.

LGBTQIAP⁶. Essa inclusão foi aceita em grande parte dos círculos, entretanto ainda há conflito interno entre alguns membros da comunidade LGBTQIAP+, que não consideram a assexualidade como orientação sexual ou não percebem preconceito, desconforto ou estigma social relacionado a ela (MOSBERGEN, 2013).

Diante da quantidade limitada de produções que estudam a assexualidade, principalmente no cenário acadêmico brasileiro, o mapeamento das produções acerca do tema tem grande relevância para expor as definições e abordagens utilizadas pelos/as pesquisadores/as, assim como apontar as lacunas na produção científica. Além disso, considera-se que estudos como este auxiliam na visibilidade social e acadêmica da temática.

Para tanto, utiliza-se como referencial teórico a Psicologia Social, mais especificamente a Psicologia Sócio-histórica de Vigotski a partir da compreensão de que os conceitos são categorias construídas social, cultural e historicamente a partir de um processo dinâmico e mutável (VIGOSTKI, 2008) e que investigar um conceito historicamente significa estudá-lo no seu processo de movimento e mudança (VIGOTSKI, 2007). Para o autor bielorrusso, o “conceito expresso por uma palavra representa um ato de generalização. Mas os significados das palavras evoluem” (VIGOSTKI, 2008, p. 104). Nesse sentido, estudar as rupturas e continuidades nas definições de um conceito, é observar os embates no campo científico e os processos de transformações históricos.

Com isso em mente, tem-se como objetivo geral investigar o conceito de assexualidade a partir de uma Metassíntese de publicações indexadas na base de dados *Google Acadêmico* e da discussão das continuidades e rupturas da forma como pesquisadores e pesquisadoras estão trabalhando a temática. Além disso, objetiva-se descrever os aspectos teóricos e metodológicos da produção acerca da temática assexualidade, bem como descrever sua distribuição histórica, geográfica e institucional.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a busca, tratamento e análise dos dados foi a Metassíntese, um método qualitativo de revisão de literatura que vem sendo aperfeiçoado através de pesquisas de participantes do Grupo de Pesquisa “Epistemologia e Ciência Psicológica” (BASTOS, 2014; LIMA, 2014; OLIVEIRA; LIMA; MORAIS, 2016; OLIVEIRA; BASTOS, 2017; OLIVEIRA et al., 2017). Este método tem sido comprovado

⁶ Os significados das letras presentes nas siglas são: **L**ésbicas, **G**ays, **B**issexuais, **T**ransgênero, **T**ranssexuais, **T**ravestis, **Q**ueer, **I**nterssex, **A**ssexuais, **P**anssexuais e o +, com a possibilidade de abarcar as mais diversas possibilidades de orientações sexuais e identidades de gênero.

como alternativa viável para a investigação da produção de conceitos em áreas específicas ou na interlocução entre várias do conhecimento (OLIVEIRA et al., 2017).

A metassíntese ocorre através de etapas definidas: exploração, refinamento, cruzamento, descrição e interpretação. As três primeiras fases da pesquisa referem-se aos movimentos de busca e tratamento dos dados, enquanto as duas últimas são de análise do material resultante das etapas anteriores.

Durante a etapa de exploração são realizados os movimentos de construção da amostra, a partir da sondagem e levantamento inicial do material e bancos de dados disponíveis. Nesse momento, são feitas as primeiras definições que vão guiar todo o processo de pesquisa: construção dos objetivos, definição do banco de dados e descritor(es), bem como a verificação inicial da relação entre o material e os objetivos da pesquisa, através de leitura flutuante (OLIVEIRA et al., 2017).

Definiu-se como local de busca o *Google Acadêmico* por ser um banco de dados com um amplo acervo de trabalhos acadêmicos variados, com um repositório de artigos, teses, dissertações, monografias, livros, resumos e trabalhos completos de anais de congressos científicos. Por assexualidade tratar-se de um tema ainda pouco pesquisado, a escolha desse banco deu-se uma vez que a ampla variedade de tipos de documentos disponíveis nele corrobora para uma maior chance de encontrar material para a discussão do conceito.

A busca foi realizada através do descritor “*assexual*”, elegido por considerar que ele é uma palavra que também está contida no termo assexualidade, mas que por ser menor captura mais material. Como opções de filtragem foram desmarcados os itens “incluir citações” e “incluir patentes” e não foi realizado nenhum recorte temporal.

Os documentos indicados pelo banco passaram por um processo de refinamento, no qual foram identificados, a partir de leitura flutuante, aqueles que tratavam de assexualidade humana, considerando que o termo assexual é muito utilizado em outros contextos que não referentes ao objetivo do estudo, como reprodução assexual de bactérias ou plantas, por exemplo. Em seguida, realizou-se o cruzamento dos dados para a exclusão de possíveis repetições de material.

A etapa de descrição tem como objetivo “conhecer aspectos relevantes da produção acadêmica e científica a partir da quantificação e descrição de suas informações” (OLIVEIRA et al., 2017, p. 81). Nessa fase há uma síntese descritiva das informações a partir de categorias analíticas como: tipo de documento, série histórica (frequência anual), distribuição geográfica, procedência institucional dos autores, área de conhecimento, entre outros. Para a facilitação

da descrição do material, ele foi armazenado em *drive virtual* de acesso compartilhado e as informações dos documentos foram sistematizadas em planilha do *Excel*.

A última etapa refere-se ao momento de efetivação da Metassíntese propriamente dita (OLIVEIRA et al. 2017). Na fase de interpretação há a utilização de procedimentos analíticos visando o alcance de uma síntese interpretativa, ou seja, buscando “alcançar uma compreensão a partir do entrecruzamentos de todas as informações até então produzidas” (OLIVEIRA et al., 2017, p. 83). Nesse momento, o/a pesquisador/a “articula as informações, estabelece conexões, confronta dados apresentados” (OLIVEIRA et al., 2015, p.150), desse modo, ultrapassa a compreensão do conteúdo presente em cada documento de forma individual e passa a ter a perceber aquilo que está entre eles.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados inicial no Google Acadêmico através do descritor “assexual” indicou 3370 resultados. Durante o processo de tratamento dos dados esse número caiu drasticamente, uma vez que o processo de leitura das informações para a determinação do contexto em que era utilizado o termo “assexual” – referente à biologia ou à sexualidade humana – demonstrou que apenas 115 documentos não estavam relacionados à reprodução assexuada de plantas, bactérias ou fungos.

Durante o processo mais específico de refinamento os documentos foram abertos e realizou-se, através da ferramenta de busca no texto (Ctrl + F), a busca com termo “*assex*” para determinar qual o contexto em que a palavra aparecia. Nesse momento foram excluídos do quantitativo 68 trabalhos que não possuíam relação com os objetivos do estudo: 10 trabalhos falavam sobre o mito da assexualidade na velhice, em sua maioria utilizando o termo não como sexualidade, mas para significar a percepção errônea do senso comum de uma ausência de atos sexuais durante a terceira idade; esse “mito da assexualidade” apareceu também referente à deficientes físicos (1) e a doentes mentais (1); 56 documentos apenas citam o termo ao definirem o que as letras em LGBTQIA+ significam, mas não há discussão acerca da definição do termo.

Durante o cruzamento foi detectada duas duplicações de material, de modo que o *corpus* da pesquisa foi de 45 documentos, dos quais 29 definem o termo assexualidade ao falar das possibilidades de sexualidades na comunidade LGBTQIA+ sem que esse seja o foco da pesquisa, sete trabalhos trazem um pouco mais do que a simples definição, e apenas nove têm como foco uma discussão mais aprofundada da assexualidade. A escolha por manter no

primeiro momento de discussão os 36 documentos que não tinham como foco principal o estudo da assexualidade se deu pela compreensão que a partir da definição que eles utilizam, também participam na construção e disseminação de um conceito sobre a assexualidade.

Entretanto, a discussão e descrição histórica, geográfica e institucional deste estudo vai se aprofundar na caracterização apenas dos 9 documentos que têm como foco a temática assexualidade (LE MOS, 2011; OLIVEIRA, 2012; 2013; BRIGUEIRO, 2013; BEZERRA, 2017; ROZENTHAL, 2018; SANTIAGO, 2018; SOBRINHO et al., 2018; HERGESEL, 2018), uma vez que estes são os trabalhos que realmente respondem aos objetivos traçados de forma mais satisfatória.

Como é definida a Assexualidade nas produções cujo foco não é a temática?

De uma maneira geral, a assexualidade aparece nos 36 documentos como a ausência de atração ou desejo sexual por pessoas de qualquer gênero. Por serem trabalhos cuja temática de foco não é a assexualidade, as discussões acerca do tema aparecem de forma breve. Com exceção de 5 documentos (DAWSON, 2015; ALMEIDA, 2016; LAGES, 2016; SOCODOLSKI, 2016; GUIMARÃES, 2018), todas as definições sobre o tema não passam de um parágrafo. Entretanto, ainda que falem pouco sobre o tema, percebe-se que é necessária também a reflexão acerca do que estão sendo produzidos nesses textos, uma vez que eles participam na construção do conceito. Além disso, por aparecem em um número três vezes maior do que àqueles cujo foco é a assexualidade, abstrai-se que eles possam ser mais disseminados, assim como a sua definição do termo.

O *ebook Orientações sobre Identidade de Gênero* de Jaqueline Gomes de Jesus aparece no quantitativo e referenciado em outros três trabalhos, definindo o assexual como “pessoa que não sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero” (JESUS, 2012, p. 26). Variações dessa definição como ausência de atração sexual ou atração por nenhum gênero também aparecem no quantitativo.

Desse modo, podemos pensar que há um relativo consenso em 28 documentos, em que a assexualidade é apontada como uma ausência de atração sexual independente do gênero. Entretanto, sete documentos não utilizam a terminologia “atração sexual”, referindo-se a uma ausência de “desejo sexual” (COSTA-VAL; GUERRA, 2019; SILVA; FERNANDES, 2016; SOUZA et al, 2018; MOREIRA, 2014) ou “interesse sexual” (CHIAMOLERA; BAGATINI, 2017; COSTA-VAL; GUERRA, 2019).

Destaca-se que a assexualidade aparece classificada junto com outras orientações sexuais, como a homossexualidade, bissexualidade, panssexualidade e heterossexualidade, mas não há um consenso, como aponta Machado (2018, p. 11), “alguns especialistas reconhecem a assexualidade como orientação sexual, outros discordam”. Essa discussão baseia-se principalmente em dois pilares: os/as pesquisadores/as que compreendem que a orientação sexual é determinada por um direcionamento da atração sexual, e como há a ausência de atração na assexualidade esta teria que ser considerada em uma categoria própria ou como a ausência de uma orientação sexual; ou através da consideração da assexualidade como patologia.

Na dissertação de mestrado em sociologia *Corpo e espírito: representações da homossexualidade no espiritismo* (GUIMARÃES, 2018) o autor analisa a forma como a doutrina espírita explica a diversidade sexual através de obras de médiuns e intelectuais espíritas. Em uma das obras analisadas na dissertação, Moreira (apud GUIMARÃES, 2018) aponta a assexualidade como condição patológica equiparando-a ao transtorno de desejo sexual hipoativo, listado no Código Internacional de Doenças (CID 10) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Desordens Mentais (DSM IV). Em contraponto, Divaldo Franco (2016 apud GUIMARÃES, 2018, p.68) discorda de que se trata de um distúrbio psicológico, afirmando a assexualidade como circunstância na qual “o indivíduo possui a estrutura anatomofisiológica saudável, sem nenhuma disfunção, mas a sua estrutura psicológica faz com que ele não experimente a presença ostensiva da libido”.

Ressalta-se que na quinta edição DSM, que é a mais recente do manual, os diagnósticos de Transtorno do Interesse/Excitação Sexual Feminino e Transtorno do Desejo Sexual Masculino Hipoativo não devem ser realizados caso a falta de desejo sexual ao longo da vida for melhor explicada pela identificação da pessoa como “assexual” (APA, 2014). Sendo assim, a assexualidade não mais corresponde a uma categoria patológica no manual.

Destacam-se os documentos que fazem distinção entre atração sexual e romântica e/ou que apontam a possibilidade de relação afetiva ou romântica ainda que o indivíduo se identifique como assexual (DAWSON, 2015; SOCODOLSKI, 2016; JESUS, 2016; CARVALHO, 2018). Essas produções trazem a importante distinção entre orientação sexual e orientação romântica, e auxiliam na desconstrução do imaginário de que só porque alguém não experimenta atração sexual, não quer dizer que ela não possa ou queira ter um relacionamento com outra pessoa.

Aspectos histórico-geográficos e metodológicos da produção acerca da Assexualidade

Inicialmente, com o intuito de analisar os trabalhos que discutem a assexualidade de forma mais aprofundada, foi realizado o mapeamento das produções de forma a observar onde e quando os trabalhos foram produzidos. Para isso, observaram-se dados como: ano de publicação, distribuição geográfica, instituições, tipo da pesquisa, área do conhecimento e tipos dos documentos.

Gráfico 1: Distribuição anual

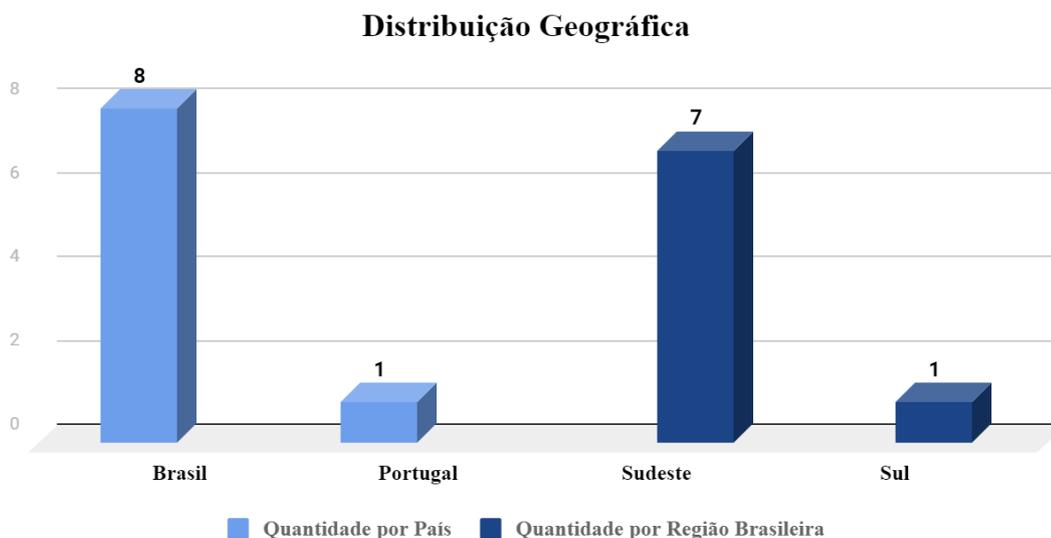


Fonte: Autoras, 2019.

Considerando apenas as nove produções finais, percebeu-se que os registros de publicações datam desde 2011 até 2018, sendo este o ano com o maior quantitativo de publicações, equivalente a quatro trabalhos, como mostrado no gráfico abaixo. Neste levantamento, não foi realizado recorte temporal, e apesar da escala Kinsey abranger estudos de orientações sexuais desde 1948 e de a AVEN ter sido formada em 2001, percebe-se que as discussões mais aprofundadas datam apenas da década atual, sendo a dissertação intitulada *Assexualidade: factores de vulnerabilidade psicológica*, com autoria de Diana Lemos, o trabalho mais antigo, datado de 2011.

Em relação à distribuição geográfica, percebe-se a potencialidade da Região Sudeste do Brasil no desenvolvimento de pesquisas relacionadas à assexualidade, visto que sete dos nove trabalhos foram desenvolvidos nessa região. A Região Sul aparece com apenas uma publicação, sendo a segunda e última região brasileira a aparecer no quantitativo. Além disso, também foi encontrado um trabalho desenvolvido em Portugal (como indicado no Gráfico 2).

Gráfico 2: Distribuição geográfica



Fonte: Autoras, 2019.

Ademais, foram analisadas quais instituições publicaram os trabalhos que discutem o tema de forma mais aprofundada e, percebeu-se que a Universidade de São Paulo (USP) apresentou o maior quantitativo, equivalente a duas produções. As instituições restantes apresentam um trabalho cada, como detalhado na tabela abaixo.

Tabela 1: Distribuição por instituição

INSTITUIÇÃO	QUANTITATIVO
Universidade de São Paulo	2
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1
Universidade Estadual de Campinas	1
Universidade de Aveiro	1
Universidade Santa Úrsula	1
Universidade Estadual de Londrina	1
Institutos Superiores de Ensino do CENSA	1
Faculdade de Tecnologia de Bauru	1
TOTAL	9

Fonte: Autoras, 2019.

Em relação às áreas do conhecimento foram encontrados três trabalhos na área da Psicologia, dois na Educação, um na Psicanálise, um na Pedagogia, um na Antropologia Social e um na área de Tecnologia, contabilizando nove trabalhos. Sendo três trabalhos práticos e seis teóricos.

A pesquisadora Elisabete Regina Baptista de Oliveira, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, desenvolveu os 2 estudos da área da Educação (OLIVEIRA, 2012; 2013) presentes no *corpus*, sendo um deles é o segundo mais antigo do *corpus*. Ambos são trabalhos em anais de congresso que fazem discussões teóricas e se apoiam na AVEN para discutir acerca da assexualidade.

É importante também analisar os tipos de documentos que foram encontrados, pois a partir dessa análise pode-se pensar na abrangência ou não desses estudos. No total foram localizados três artigos publicados em revistas (*Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, *Cadernos Psicanalíticos* e a *Revista Humanidades, Tecnologia e Cultura*), uma dissertação, uma resenha referente ao livro “*asexualities*”, um trabalho completo em anais de congressos, um capítulo de livro, um resumo expandido e um resumo simples em anais de congressos.

Assexualidades em foco: definições do conceito

A assexualidade em primeiro momento é definida a partir de uma distinção com o celibato, que é considerado como uma escolha (OLIVEIRA, 2012; BRIGUEIRO, 2013; HERGESEL, 2018). Brigueiro (2013, p. 258) retrata o estudo da assexualidade como um “campo de produção de conhecimento sobre sexualidade que é atravessado por e atravessa tais processos de disputa acerca do desinteresse pelo sexo”. Nesse sentido, a assexualidade seria vista como a quarta orientação sexual, devendo possuir a mesma validade e aceitação do que a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade.

Quando se estuda as formas de expressão da sexualidade, percebe-se que há uma invisibilidade para as configurações de fogem da heterossexualidade, sendo consideradas, como marginalizadas. Segundo Wanderley (2004, p.17), “existem valores e representações do mundo que acabam por excluir as pessoas”, e é a própria sociedade quem constrói e reafirma os padrões de normalidade e as conjunturas de fixação de estereótipos que decorrem da sociedade heteronormativa. Coloca-se assim, o “diferente” em ciclos de exclusão permanentes.

Segundo Brigueiro (2013), é importante observar que os discursos construídos sobre assexualidade nos sites, como exemplo da AVEN, dificilmente aponta argumentos ou

(83) 3322.3222

conceitos científicos, ou faz referência a algum estudo ou cientista. Entretanto, a maioria dos conceitos são elaborados na construção em grupo dos participantes. Em sua pesquisa, alguns conceitos foram debatidos como o de atração, sexualidade e excitação, como forma de introduzir a conversa sobre a assexualidade.

A busca por visibilidade e consequente legitimação do que é a assexualidade são sustentadas por estas participações virtuais, mas também vem encontrando respaldo no campo acadêmico. A definição da AVEN para a assexualidade é “pessoa que não experimenta atração sexual” (BRIGEIRO, 2013, p. 263), colocando-a também como uma orientação sexual, e como uma característica intrínseca dos indivíduos.

Ao se discutir sobre assexualidade, Bezerra (2017) afirma ser um tema emergente e polêmico por não existir consenso. Contudo, será que é mesmo necessário que haja apenas uma definição de assexualidade?

Contrapondo a ideia da necessidade de existir um consenso, Oliveira (2012) se apoia na afirmação da AVEN que discorre sobre os assexuais constituírem uma categoria **heterogênea** cuja única característica comum a todos é não sentirem atração sexual direcionada a outras pessoas. A partir disso, faz-se necessário discutir sobre as possíveis definições de assexualidade que são apresentadas nos trabalhos encontrados.

Ainda em consonância com as ideias apresentadas pela comunidade AVEN, em seu trabalho, Brigeiro (2013) se apoia na ideia da dessa comunidade virtual que apresenta a definição da assexualidade de forma breve, sendo “pessoa que não experimenta atração sexual”, como uma orientação sexual, entendendo tratar-se de “uma condição intrínseca das pessoas” (p. 263), que é distinta do celibato, o qual se enquadraria como uma escolha (BRIGEIRO, 2013; OLIVEIRA, 2012; HERGESEL, 2018). É importante ressaltar, também, a diferença entre os termos assexual e assexuado, pois o sufixo -al conota a ideia de orientações sexuais, com heterossexual, homossexual, entre outros (OLIVEIRA, 2012), já o sufixo -ado, denota a uma visão biológica de reprodução celular.

A partir da leitura e interpretação dos nove documentos finais foram encontradas sete formas de visualizar a assexualidade, sendo esta considerada como uma identidade (BEZERRA, 2017; ROZENTHAL, 2018) e, posteriormente, como sexualidade (OLIVEIRA, 2013), ou negação da sexualidade (HERGESEL, 2018), como uma orientação sexual (LEMONS, 2011; OLIVEIRA, 2012; BRIGUEIRO, 2013) ou vista como uma forma de singularidade do sujeito (ROZENTHAL, 2018).

Segundo Roger Raupp Rios (2001, p.90-91),

Na construção da individualidade de uma pessoa, a sexualidade consubstancia uma dimensão fundamental da constituição da subjetividade, alicerce indispensável para a possibilidade do livre desenvolvimento da personalidade. Fica claro, portanto, que as questões relativas à orientação sexual relacionam-se de modo íntimo com a proteção da dignidade da pessoa humana.

Os trabalhos apresentam críticas à definição da assexualidade como uma patologia (OLIVEIRA, 2012) ou disfunção sexual, como dispositivo de dominação social (SANTIAGO, 2018) ou apontada como uma naturalização do dispositivo de sexualidade (BEZERRA, 2017). Nesse sentido, alguns discursos médicos se tornam problemáticos por apresentar uma concepção biologizante e universalizante da sexualidade (OLIVEIRA, 2012). Pensando nessa crítica ao universalizante, também é problemático o conceito de sexualidade apresentado por Sobrinho e colaboradores (2018) a partir da definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) que “define como uma energia motivacional que nos impulsiona a procurar o amor, contato, intimidade, que se funde em como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados” (OMS apud SOBRINHO et al., 2018, p. 1).

Desenvolvendo uma crítica sobre a visão das ciências médicas e a ideia da medicalização para a assexualidade, Oliveira utiliza Conrad (1992 apud OLIVEIRA 2012, p.3) para afirmar que a medicalização descreve “o processo através do qual problemas não médicos são definidos em termos médicos, utilizando-se linguagem médica para sua descrição, os conhecimentos médicos para sua compreensão e a intervenção médica para seu tratamento”. No entanto, essa abordagem acaba por fortalecer a ideia de sexo como natural e pré-existente à vida social, reafirmando a ideia errônea de sexualidade como algo imutável, associal e ahistórico (OLIVEIRA, 2012).

Na tentativa de desconstruir essa ideia inata, Rozenthal (2018) apoia-se nos pressupostos psicanalíticos para afirmar que, a partir do pensamento de Lacan (1972-1973/1986 apud ROZENTHAL, 2018) não existe “A mulher”, mas sim “mulheres”. Nessa ótica, cada sujeito tem sua história e singularidade para além da biologia e do físico, estando em jogo as diferenças e não uma “identidade genética”. Extrapolando esse raciocínio é possível refletir também sobre a questão da assexualidade, visto que a singularidade e história de vida de cada sujeito é o que o constitui.

Nesse sentido, Lemos (2011), utiliza o estudo de Boagaert (2004 apud LEMOS, 2011) para defender a ideia do não diagnóstico, uma vez que os assexuais, na sua maioria, não se consideram negativamente afetados pela sua assexualidade. O trabalho de Rozenthal (2018) pode complementar essa afirmação, pois o autor defende que os sujeitos sofrem, não por

serem assexuais, mas por conta da dissonância cognitiva entre como o sujeito se reconhece e o que a sociedade impõe e impele o sujeito a ser. Isso pode significar que o sofrimento não ocorre pelo fato de se identificar assexual ou não possuir atração sexual, mas pela discriminação, segregação e possível exclusão social, situações que são potencializadas pela visão hegemônica das ciências médicas.

Outra situação discutida nos trabalhos é a escassez de representatividade na mídia e discussões sobre a temática (HERGESEL, 2018; SOBRINHO et al., 2018). Essa escassez ocasiona sofrimento, principalmente em adolescentes assexuais no processo de descoberta, por não se enquadrarem em orientações sexuais amplamente popularizadas (HERGESEL, 2018), dificultando na identificação e em se assumir enquanto assexual (SOBRINHO et al., 2018). Contudo, apesar da mídia ter um papel importante na disseminação de discussões sobre a assexualidade, Oliveira (2012) ressalta que, ao mesmo tempo em que pode possibilitar um lugar para discutir acerca da assexualidade, profissionais com discursos biologicistas e patologizantes também ganham espaço e reforçam o preconceito e a segregação.

Em seu trabalho *Assexualidade e medicalização na mídia televisiva norte-americana*, Oliveira (2012), verificou imposições e descrenças por parte dos terapeutas sexuais que discutiam sobre assexualidade nos programas analisados, assim como a reafirmação de tratar-se de um distúrbio fisiológico ou psicológico. A autora percebeu também preconceito por parte dos profissionais, ao afirmarem o risco que a AVEN pode trazer, como afirmado por uma terapeuta, “o problema é que as pessoas podem chegar à sua comunidade e pensar que encontraram seu lugar [...] [As pessoas] precisam de informação de especialistas [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 12). Nesse sentido, a terapeuta entrevistada apresenta a ideia da assexualidade como um transtorno que requer tratamento e cura.

Assim, a AVEN possui grande importância por fortalecer um movimento que ocasiona uma produção social de identidade sexual que confere pressupostos identitários e organiza os indivíduos que se identificam enquanto “grupamento de gênero” (ROZENTHAL, 2018), além de possibilitar espaço de fala e questionamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos de revisão de literatura, em especial de Metassíntese, são importantes para a sistematização e avanço do conhecimento por permitir apontar rupturas, lacunas e continuidades na produção científica (OLIVEIRA et al., 2017). A partir das aproximações e afastamentos na maneira como um tema está sendo abordado academicamente é possível vislumbrar, através de um movimento de tese e antítese, uma síntese interpretativa.

A assexualidade ainda é relativamente pouco abordada no âmbito acadêmico brasileiro, algo que foi verificado quando dentre 3370 resultados indicados pelo *Google Acadêmico*, apenas nove documentos tinham como foco a discussão da temática. Várias razões podem ser atribuídas a essa invisibilidade dentro do meio acadêmico, como por exemplo, a dificuldade de encontrar pessoas que se identificam como assexuais e que queiram participar de pesquisas, uma vez que ainda há um grande estigma social de inexistência e/ou patologização dessa orientação sexual.

Entretanto, os pesquisadores e as pesquisadoras dos documentos analisados parecem encontrar soluções criativas para contornar essas dificuldades de contato para pesquisas de campo, ao transformar a *internet* em seu campo de pesquisa, através da análise da AVEN (BRIGUEIRO, 2013; OLIVEIRA, 2013), cujo conteúdo é criado por assexuais e tem como foco a educação de pessoas acerca do tema, do contato para participação da pesquisa por meio de comunidades virtuais (LE MOS, 2011) ou a discussão de entrevistas na mídia norte-americana (OLIVEIRA, 2012). Essas estratégias potencializam a visibilidade da discussão do tema, ao mesmo tempo em que não são travancadas pelas condições espaciais ou dificuldade de contato.

De um modo geral, há um relativo consenso nos documentos da assexualidade descrita como ausência de atração sexual e seu pertencimento como orientação sexual, assim como heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade. Ainda assim há uma pluralidade nas formas de abordar e vivenciar a assexualidade, levando em consideração que esse é um termo guarda-chuva que engloba várias identidades, como demisssexual ou assexual cinza. Diante disso, percebe-se que talvez esse termo deva ser utilizado no plural – assexualidades – para que possa abarcar as diversas formas de expressão.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**, Quinta Edição (DSM-V). Traduzido por Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ALMEIDA, L. C. S. **Orientação sexual**: o discurso jurídico entre igualdade e diferença na política nacional de sangue e hemoderivados. 2016. TCC (Curso em Direito) - Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

AVEN. Asexuality, 2019. About asexuality. Disponível em: <<https://www.asexuality.org/?q=overview.html>>. Acesso em: 30, jul, 2019.

BASTOS, J. A. **Saúde mental e trabalho: metassíntese da produção acadêmica no contexto da Pós-graduação brasileira.** 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

BEZERRA, P. V. Assexualidades: perspectivas queer e feminista. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 1, p. 305-310, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000100021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRIGEIRO, M. A emergência da assexualidade: notas sobre política sexual, ethos científico e o desinteresse pelo sexo. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 253-283, Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200012&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 27 Jul 2019.

CARVALHO, A. C. A. **Sistema penitenciário e alas específicas para transexuais: segregação ou proteção?**. 2018. TCC (Curso de Direito) - Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Disponível em: <http://repositorio.cesupa.br:8080/jspui/bitstream/prefix/59/1/Ana%20Clara%20Alves%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 25 jul 2019.

CHIMOLEIRA, G. D; BAGATINI, J. Possibilidade de alteração do gênero do transexual no registro civil de pessoas naturais sem a realização da cirurgia de transgenitalização: um olhar para a inclusão. **Revista Interativa**, Nº 3 / Ano 2017. Disponível em: <http://revista.faifaculdades.edu.br/index.php/interativa/article/view/365/209>. Acesso em: 20 jul 2019.

COSTA-VAL, A; GUERRA, A. Corpos trans: um ensaio sobre normas, singularidades e acontecimento político. **Saúde e Sociedade [online]**, v. 28, n. 1, p. 121-134, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170251>> Acesso em: 28 jul. 2019.

DAWSON, J. **Este livro é gay: e hetero, e bi, e trans...** Martins Fontes, 2015.

GOMES DE JESUS, J. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2ª edição – revista e ampliada. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em 28 jul 2019.

GOMES DE JESUS, J. Operadores do direito no atendimento às pessoas trans. **Revista Direito e Práxis**, vol. 7, núm. 15, 2016, pp. 537-556. Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688017.pdf>. Acesso em: 25 jul 2019.

KINSEY INSTITUTE, Kinsey institute: Indiana University, 2018. The Kinsey Scale. Disponível em: <<https://kinseyinstitute.org/research/publications/kinsey-scale.php>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

GUIMARÃES, F. A. S. **Corpo e espírito: representações da homossexualidade no espiritismo.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

HERGESEL, J. P. Adolescentes Assexuais: quem são? o que sentem? como vivem?. **REHUTEC: Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura**, vol. 8, n. 1, dez/2018.

Disponível em: <http://www.fatecbauru.edu.br/ojs/index.php/rehute/article/viewFile/312/279>. Acesso em 10 jul 2019.

LAGES, V. N. **Violência LGBTfóbica: uma análise do caso Levy Fidélix e de decisões cíveis dos Tribunais de Justiça do Brasil**. 2016. TCC (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília.

LEHMILLER, J. J. **The Psychology of Human Sexuality**. 2013. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=ytk5DwAAQBAJ&pg=PT250&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 30 jul. 2019.

LEMOS, D. S. C. M. **ASSEXUALIDADE: factores de vulnerabilidade psicológica**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Forense) - Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, Aveiro.

LIMA, C. T. **Adjetivações da obra de Vigotski na produção científica da psicologia brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

MOSBERGEN, D. **LGBT, Asexual Communities Clash Over Ace Inclusion**. HUFFPOST, 2013. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2013/06/21/lgbt-asexual_n_3385530.html> Acesso em 30, jul, 2019.

MACHADO, G. E. **Imaginário social e formação continuada: o olhar para as discussões de gênero, etnia e diversidade sexual**, 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

MOREIRA, A. M. F. **O papel do Direito Penal no combate à discriminação: reflexões sobre a última versão do PLC 122**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alexandre_Magno_Moreira/publication/269630836_O_papel_do_Direito_Penal_no_combate_a_discriminacao_reflexoes_sobre_a_ultima-versao_do_PLC_122/links/549036dc0cf2d1800d864d34/O-papel-do-Direito-Penal-no-combate-a-discriminacao-reflexoes-sobre-a-ultima-versao-do-PLC-122. Acesso em: 29 jul 2019.

OLIVEIRA, A. A. S.; LIMA, C. S. L.; MORAIS, K. K. C. Bibliometria e metassíntese de estudos sobre trabalho publicados na revista Psicologia & Sociedade. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 572-581, 2016.

OLIVEIRA, A. A. S.; BASTOS, J. A. Pressupostos epistemológicos da saúde mental e trabalho em teses brasileiras. **Revista Saúde Mental**, v. 11, n. 20, p. 152-175, 2017.

OLIVEIRA, A. A. S. et al. A produção de conceitos e de métodos na pesquisa psicológica: contribuição da metassíntese ao conhecimento científico. In: OLIVEIRA, A. A. S. (org.). **Psicologia sócio-histórica e o contexto de desigualdade psicossocial: teoria, método e pesquisas**. Maceió: EDUFAL, 2017. 334p.

OLIVEIRA, A. A. S. Metassíntese: apontamentos para sistematização de revisões amplas e crítica interna à produção científica. **Atas CIAIQ 2015**, v.1, n.1, p. 147-152, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/36> Acesso em: 15 jul 2019.

OLIVEIRA, E. R. B. Assexualidade e medicalização na mídia televisiva norte-americana. In: VIEIRA, T. R. (org) **Minorias Sexuais: direitos e preconceitos**. 1 ed. Brasília: Editora Consultex, 2012.

OLIVEIRA, E. R. B. Saindo do armário: a assexualidade na perspectiva da AVEN – asexual visibility and education network. **Anais do Seminário internacional fazendo gênero 10**. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/2013_Saindo-do-Armario_Asexualidade_Aven_ElisabeteReginaBaptistadeOliveira.pdf. Acesso em 20 jul 2019.

RIOS, R. R. **A homossexualidade no Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

ROZENTHAL, E. Assexualidade: um olhar psicanalítico para o futuro. **Cad. psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 38, p. 111-124, jun. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952018000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2019.

SANTIAGO, W. S. As narrativas dos mecanismos de controle da assexualidade de jovens da educação superior. **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade**. Organizadoras: Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/109.pdf>. Acesso em: 23 jul 2019.

SILVA, M. A. A; FERNANDES, H. L.. Leitura semiótica de gênero e sexualidade. In: **Anais do simpósio de estudos de gênero e diversidade sexual**. Vol. 1, 2016, ISSN 2446-4805. Memórias, Culturas E Resistências. 1, 2 e 3 de Junho de 2016 UFSCar- Sorocaba.

SOCODOLSKI, C. **Novas mídias: a produção de um canal no youtube sobre minorias sexuais e de gênero**. 2016. TCC (Curso de Jornalismo). Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43429>. Acesso em: 26 jul 2019.

SOBRINHO, A. G. O. et al. A manifestação da sexualidade do indivíduo assexual. **Perspectivas Online: Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 8, n. 22, 2018. Disponível em: https://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1535. Acesso em: 20 jul 2019.

SOUZA, P. A. S. et al. Percepção de estudantes dos Ensinos Médio e Superior de Recife-PE, acerca da influência do Ambiente Escolar nos seus comportamentos Sexuais e de Gênero. **Anais V CONEDU**, v. 1, n.1, 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA7_ID9550_10092018112157.pdf. Acesso em: 28 jul. 2019.

VIGOTSKI, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 2004.